

Sindicância apura erros no relatório

SENADOR LUCENA MANDA INVESTIGAR QUEM ALTEROU OS DADOS QUE INCRIMINAVAM MANOEL MOREIRA

O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), abriu sindicância para apurar as alterações de última hora feitas no relatório final da CPI do Orçamento, como as que omitiram dados que incriminavam o quer-cista Manoel Moreira (PMDB-SP) e as que deram duas punições ao deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA). A sindicância foi pedida pelo presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), e prontamente acatada por Lucena.

Mesmo com a abertura da sindicância, Passarinho fez uma investigação por conta própria. Ele descobriu, por exemplo, que o relatório de sete páginas de Roberto Magalhães sobre Manoel Moreira, que foi mutilado na redação final, era o último estudo do caso. E que o texto incluído na versão impressa era o penúltimo. "O que o Prodasen recebeu foi executado", disse Passarinho. "Acontece que entregaram o penúltimo texto, e não o último, que também estava pronto."

O senador disse que o relatório final, aprovado por unanimidade pela CPI, não pode ser alterado. Mas, além do relatório, todas as provas colhidas serão enviadas à Câmara dos Deputados para os processos de cassação de mandato — caso de Manoel Moreira —, e de continuidade das investigações. "Os documentos, as ligações de parlamentares com empreiteiras, a movimentação bancária, tudo ficará à disposição da Câmara e deverá fazer parte do processo na Comissão de Constituição e Justiça", disse Passarinho.

As modificações no texto final

do relatório de Magalhães foram feitas na madrugada do dia 21 por pessoas ainda não identificadas e cuja identidade deverá ser apurada pela Comissão de Sindicância. O deputado Zaire Rezende (PMDB-MG) recorda-se que ficou no Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen) até cerca de meia-noite. Magalhães, logo depois que foi para casa, saiu novamente para fazer uma última reunião com Passarinho. Ele carregou em sua pasta cópia dos disquetes do relatório. No Prodasen ficaram técnicos encarregados de tirar 70 cópias provisórias. As definitivas seriam feitas na Gráfica do Senado, com encadernação especial.

No original de Magalhães estezia que Manoel Moreira "assumiu publicamente o fato de não declarar ao Imposto de Renda o resultado operacional dos negócios com imóveis". Ainda segundo Magalhães, no relatório original Moreira "faltou com a verdade ao afirmar, perante a CPI, não possuir glebas rurais em Goiás, quando consta dos autos declaração de cartório, confirmado a propriedade de uma fazenda no município de Crixás, adquirida em 10 de setembro de 1991". A versão impressa omite esses dados.

O relacionamento de Moreira com as empreiteiras foi amenizado na versão impressa. No original, Magalhães afirmava que Moreira tinha "estreita relação com empresas e empresários". Magalhães mencionava ainda interesses de Moreira com sete empresas. A versão impressa apresentou a ligação de Moreira com apenas uma empresa, a Lix da Cunha.